

# Unidades interligadas já atenderam 100 mil crianças mineiras com certidões de nascimento

Coordenadas pelo Governo do Estado, as UIs permitem que o registro civil seja feito ainda na maternidade

Em Minas Gerais, o reconhecimento da cidadania vem de berço. Proporcionar esse direito, desde os primeiros dias de vida da criança, é o principal objetivo das Unidades Interligadas de Registro Civil de Nascimento (UIs), que atingiram em abril a marca de 100 mil certidões de nascimento emitidas a partir da implementação do programa, em 2013.

As UIs permitem que o registro civil de nascimento seja feito ainda na maternidade. O processo se dá por meio de um sistema interligado ao cartório, via internet, e a impressão do documento ocorre no próprio hospital, sem custos para a família. As unidades estão instaladas em 41 hospitais, distribuídos por 31 municípios, e abrangem 13 territórios de desenvolvimento.

**PARCERIAS** - Coordenado pela Secretaria

de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania (Sedpac), em parceria com a Corregedoria Geral de Justiça de Minas Gerais, Ministério Público Estadual, Sindicato dos Oficiais de Registro Civil (Recivil), hospitais e cartórios, a iniciativa faz parte da política de erradicação de sub-registro de nascimento — conjunto de nascidos vivos e não registrados no mesmo ano do parto. Além disso, desde dezembro do ano passado as unidades emitem também o número do CPF na certidão.

Para o secretário da Sedpac, Nilmário Miranda, garantir o registro de recém-nascidos é uma prioridade na promoção de direitos. Por isso, a meta é ampliar o serviço. “Minas Gerais está erradicando o sub-registro civil, que é uma das mais graves violações de direitos humanos, pois é a negação de todos os direitos da pessoa. Aqui, a criança já nasce com sua cidadania reco-

nhecida. Batemos essa marca em 31 cidades e queremos chegar a outros municípios com mais de mil partos por mês”, afirma o secretário.



Minas Gerais está erradicando o sub-registro civil, que é uma das mais graves violações de direitos humanos



A diretora de Defesa e Reparação em Direitos Humanos, Letícia Palma, responsável pela

gestão do programa, ressalta que o primeiro passo para acessar aos demais direitos civis, políticos e sociais é ser reconhecido pelo Estado Brasileiro por meio da certidão. “As informações de registro são usadas especialmente para os serviços públicos e privados de saúde, educação, previdência e demais necessidades do cotidiano, diretamente relacionadas com a população infanto-juvenil”, afirma a diretora.

**PRÊMIO DIREITOS HUMANOS** - O projeto das UIs tornou-se referência para outros estados e foi o vencedor, em 2015, do *Prêmio de Direitos Humanos* da antiga Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos Humanos da Presidência da República, a maior condecoração do Governo brasileiro às instituições e pessoas que empreenderam ações relevantes para a promoção e defesa dos Direitos Humanos no País.

## Serviços aéreos serão ampliados com o Comando de Aviação do Estado

OMAR FREIRE/IMPrensa-MG

O Governo de Minas Gerais oficializou, na terça-feira (9), a criação do Comando de Aviação do Estado (Comave) da Polícia Militar (PMMG). Instituído a partir da publicação do decreto nº 47.182, no MINAS GERAIS, o Comave vai assumir, em todo o território, a gestão das aeronaves do Executivo estadual e, com isso, contribuir para ampliar os atendimentos aéreos a todas as regiões do Estado.

Além de reduzir despesas, como explica o comandante do Comave, coronel Rodrigo Sousa, a criação do comando está alinhada às estratégias do Governo de atuar cada vez mais perto das pessoas e das regiões do Estado. Com isso, o Estado vai, ao mesmo tempo, reduzir gastos e aumentar a capacidade de realização de serviços com as aeronaves para toda a população, como atividades médicas e transporte de órgãos vitais, ocorrências policiais e de prestação de socorro, entre outros.

“Atende a uma necessidade de tornar possível avançar mais com o serviço de aeronaves”, observa o comandante. “Inicialmente, a proposta é integrar os serviços, com maior controle e coordenação, para, a partir daí, expandir a atuação para todas as regiões e, também, paulatinamente, consolidar a formação de uma malha da aviação para atendimento a todas às demandas de Minas Gerais”, explica.

**REDISTRIBUIÇÃO** - Um dos resultados previstos com a coordenação única é, segundo o coronel, ampliar o atendimento, a partir da redistribuição de uso das aeronaves e criação de bases desconcentradas, no modelo multimissão (com capacidade para realização de diversos serviços, como resgate, fiscalização, policiamento, etc.). A vinculação da frota ao Comave, com a estratégia de integração, inclusive, terá papel fundamental no aumento da cobertura geográfica, da quantidade de atendi-



Minas é pioneira e referência no País no transporte aéreo de órgãos e tecidos humanos

mentos e na otimização dos recursos.

Até então, lembra o comandante, os órgãos atuavam de forma segmentada, o que interferia na capacidade de resposta a todas as regiões de Minas Gerais. Com o Comave, a ideia é que se reduza o tempo de atendimento e de resposta em até uma hora e meia para qualquer ponto do território mineiro.

“Imagine, por exemplo, se temos, na região de Belo Horizonte, duas aeronaves de um órgão, duas de outro e outras duas da PMMG. Com logísticas e atendimentos separados, dificilmente algum deles deixaria de manter pelo menos uma de suas aeronaves na Capital, onde realmente a demanda é maior”, exemplifica o coronel. “No entanto, com a atuação integrada, torna-se possível organizar essa utilização e remanejar parte desta frota para atendimentos em outras regiões”, vislumbra. “Ainda que duas ou três permanecessem na Capital, outras três poderiam ser empenhadas em outras missões. O desenho é esse”, complementa.

Na linha de rever os processos, a proposta é aglutinar atividades comuns e manter os serviços de socorro, defesa civil, policiamento, entre outros. “Importante é observar que o portfólio de serviços não vai diminuir, mas sim aumentar, com a ampliação da cobertura e a garantia de que os

serviços serão levados àquelas regiões que estavam, de certa forma, mais desprovidas, descobertas, mais distantes e com maior carência”.

**DESCENTRALIZAÇÃO** - O Comave inicia suas atividades, neste momento, com 10 helicópteros e cinco aviões. Um deles, modelo King Air 300, foi disponibilizado pelo Gabinete Militar do Governador (GMG) para fortalecer as atividades multimissão.

A articulação por meio da estratégia de descentralização permitirá, também, a breve criação de uma base desconcentrada na região Leste do Estado (Vale do Aço, Rio Doce, Alto São Francisco e Vale do Mucuri), dentro do conceito multimissão. Isso, sem contar a expectativa de criação de outras bases desconcentradas no território mineiro.

“Hoje, no Estado, já temos três bases desconcentradas - em Uberlândia, Montes Claros e Juiz de Fora -, além de uma do Corpo de Bombeiros, em Varginha”, contextualiza o coronel Rodrigo.

A PMMG sinaliza também que, baseado em diagnósticos realizados sobre operações e custos das atividades aéreas em Minas Gerais, o decreto fomentará a melhoria da qualidade do gasto público, entre outros ganhos.

“É também mais uma questão de logística, de gestão. A coordenação única terá a possibilidade de estabelecer um serviço de referência para todos os órgãos, de forma integrada, seja em logística, seja em compras, em todos os aspectos”, aponta o comandante.

Confira, a seguir, alguns dos ganhos trazidos pela criação do Comave:

- Redução das despesas na ordem de 30 a 40%, face a centralização nas aquisições específicas da aviação e prestação de serviços pelo Comave, a exemplo de manutenção e contratação de seguros de aeronaves;
- aumento da coordenação e controle com a comunicação prévia dos voos, racionalizando o uso compartilhado das aeronaves;
- desconcentração das bases para as macrorregiões estratégicas do Estado, com a transferência das aeronaves vinculadas ao Comave, mediante o uso compartilhado entre a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros;
- as aeronaves vinculadas ao Comave (dez helicópteros e cinco aviões) serão distribuídas e redirecionadas para um eficiente atendimento às regiões mais distantes, diminuindo o tempo de resposta em todo estado.